

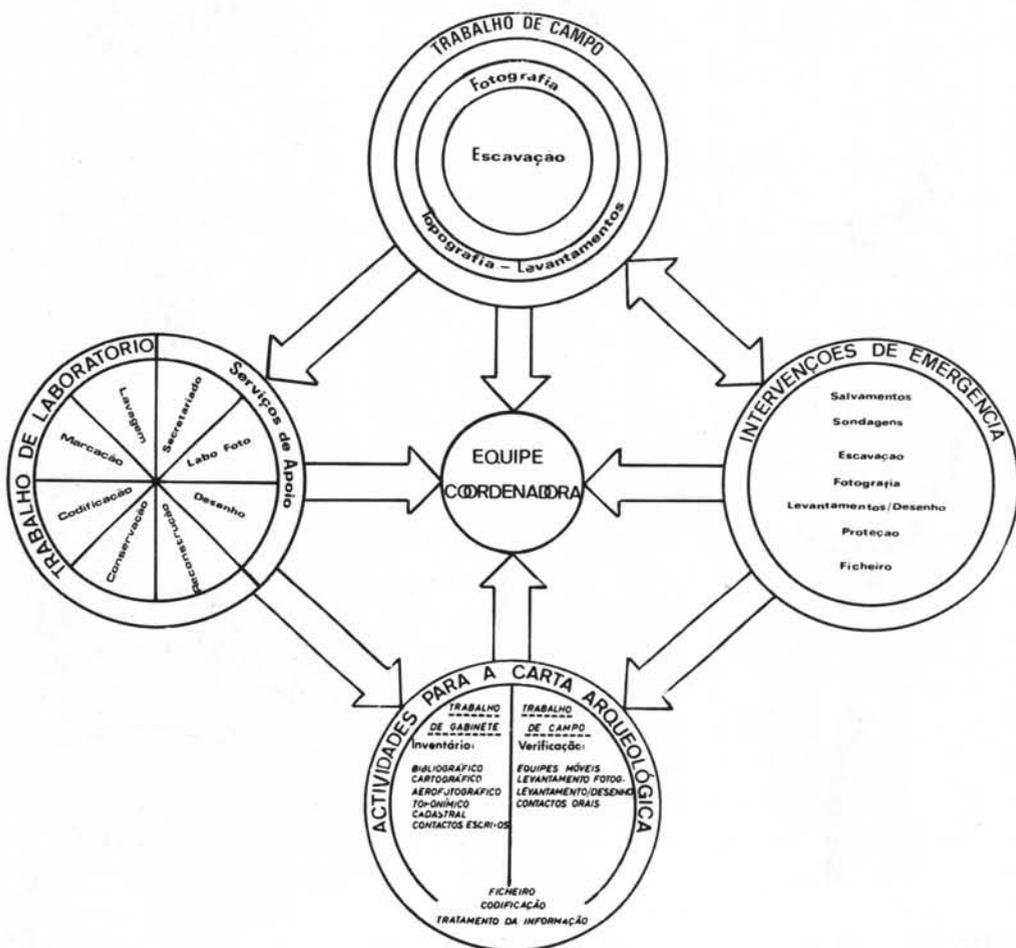
O SALVAMENTO DE BRACARA AUGUSTA

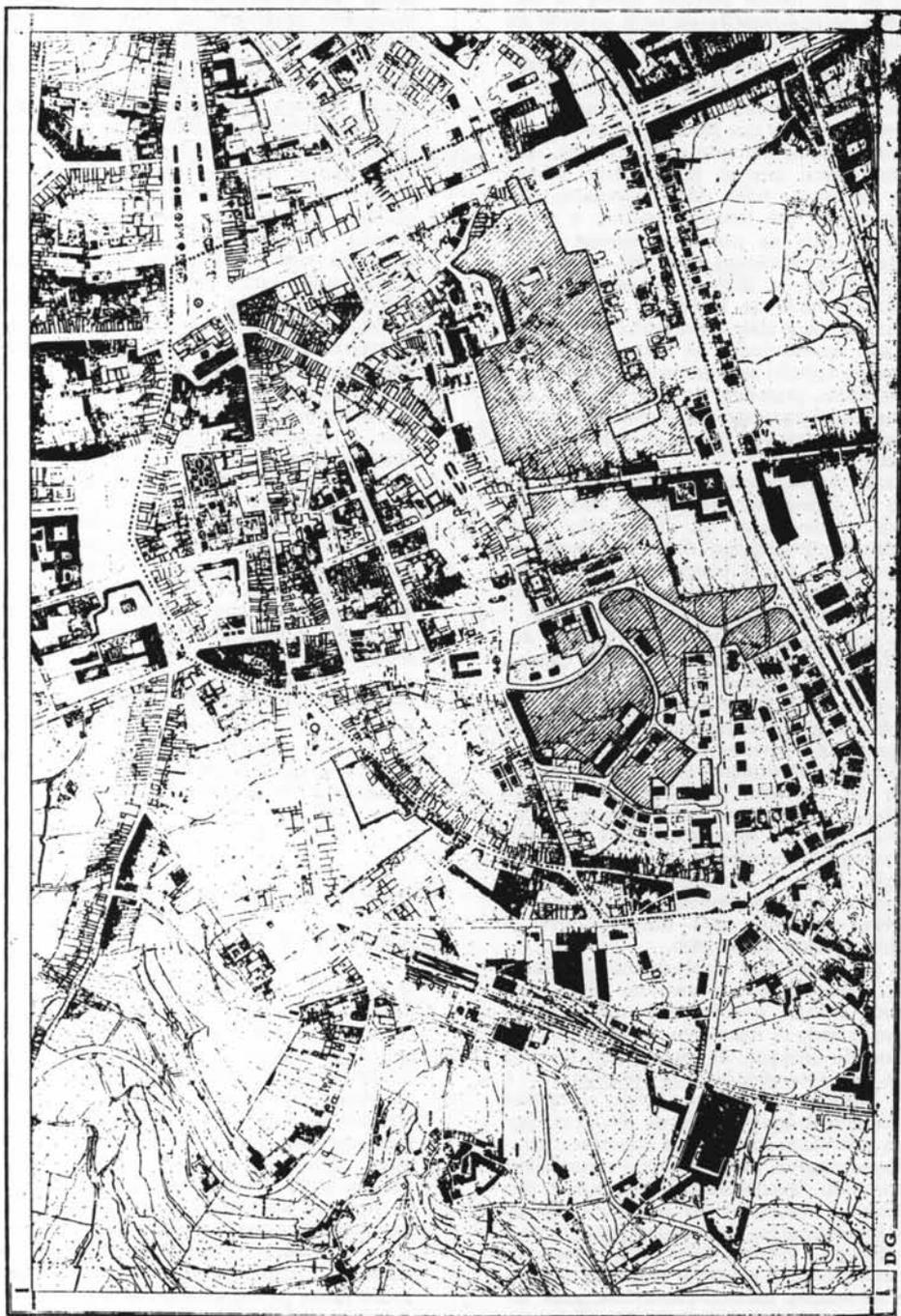
I — O campo arqueológico da Universidade do Minho (Braga):

Breve história, organização e objectivos

A existência atribulada do Campo Arqueológico da Universidade do Minho, desde a proposta da sua criação, em Fevereiro de 1976, até hoje, Julho de 1977, início das campanhas de escavação de Verão, não tem

permitido a elaboração de um trabalho de síntese sobre a sua organização e objectivos e sobretudo sobre os resultados da actividade arqueológica durante este período desenvolvida numa cidade em que se tem vivido desde há cerca de 2 anos um permanente conflito que opõe um «progresso» urbanístico discutível à protecção e estudo de valores arqueológicos de indiscutível importância. A breve resenha factológica que a seguir se apresenta poderá dar uma pálida ideia do que tem sido essa actividade, dos obstáculos ultrapassados, das vitórias alcançadas. Desde entraves burocráticos de resolução sempre morosa, até à luta incessante travada contra interesses económicos que se não compadecem com os problemas da preser-





BRAGA

BRAGA — Zona de protecção da área arqueológica - Decreto-Lei 99A/77 de 30 de Julho de 1977

vação do património cultural, desde as dificuldades de organização de uma unidade de investigação arqueológica em moldes absolutamente inéditos em Portugal até aos constantes desafios lançados pelo crescimento de uma cidade implantada quase totalmente sobre um terreno em que durante cinco séculos floresceu uma importante urbe romana, que a cada buraco que se faz no solo parece querer ressurgir, tudo isto conjugado não tem permitido um trabalho regular e sistemático de que se possa apresentar agora resultados concludentes com um mínimo de rigor científico, o que se espera venha a suceder no início de 1978.

Esta notícia, para além da resenha factológica onde são apresentadas as etapas principais da génese, criação e organização do Campo Arqueológico, pretende também explicar sucintamente o organograma anexo, em que se esboçam as grandes linhas do seu funcionamento.

O Campo Arqueológico da Universidade do Minho foi concebido desde início como uma unidade arqueológica de intervenção local polivalente, com núcleo directivo coordenador composto por 4 elementos. Este órgão assegura a supervisão directa e permanente das quatro equipas que compõem a unidade.

Razão primeira da existência do Campo Arqueológico, à equipa de Trabalho de Campo incumbe toda a actividade relacionada com escavações e levantamentos topográficos e fotográficos na zona de Braga a si reservada por decreto governamental.

Intimamente relacionada com esta, temos a equipa de Trabalho de Laboratório, cujas actividades de lavagem, marcação, codificação, conservação, reconstituição e desenho dos materiais completam os resultados da actuação sobre o terreno. Um laboratório fotográfico e o secretariado asseguram as restantes operações que tornam viável a operacionalidade do Campo.

Numa região em que a preservação do património arqueológico e artístico ensaia os primeiros passos, e sobretudo numa cidade em que a todo o momento se tropeça com vestígios do passado, da importância de uma equipa de Intervenções de Emergência é quase desnecessário falar. A ela competirá a inventariação permanente de ameaças, isto é, uma actividade prospectiva constante, através de sondagens, salvamentos e escavações, comportando levantamentos precisos e sistemáticos a consignar no ficheiro geral da Carta Arqueológica. Esta equipa ocupar-se-á da protecção e recolha de materiais dispersos e ao abandono. É evidente que esta equipa, pelas afinidades técnico-científicas, está directamente vinculada à do Trabalho de Campo e recorrerá igualmente à equipa de Trabalho de Laboratório sempre que dela necessitar.

Finalmente, gozando de uma relativa autonomia face às outras, surge-nos a equipa da Carta Arqueológica que, numa fase preli-

minar de trabalho de gabinete, realizará o inventário bibliográfico, cartográfico, aerofotográfico, toponímico e cadastral da região de Braga, ao qual se adicionarão as informações provenientes de inquéritos e contactos escritos. Com estes dados será elaborado um ficheiro onde todos os achados dos sítios arqueológicos identificados serão individualizados. Na fase seguinte proceder-se-á à verificação no terreno das informações obtidas, a qual será realizada por equipas móveis, podendo eventualmente provocar a actuação das equipas de Intervenções de Emergência. Após estas operações, a actividade da equipa da Carta Arqueológica concluir-se-á com a codificação dos dados, que serão traduzidos mecanograficamente em linguagem adequada ao tratamento da informação por computador.

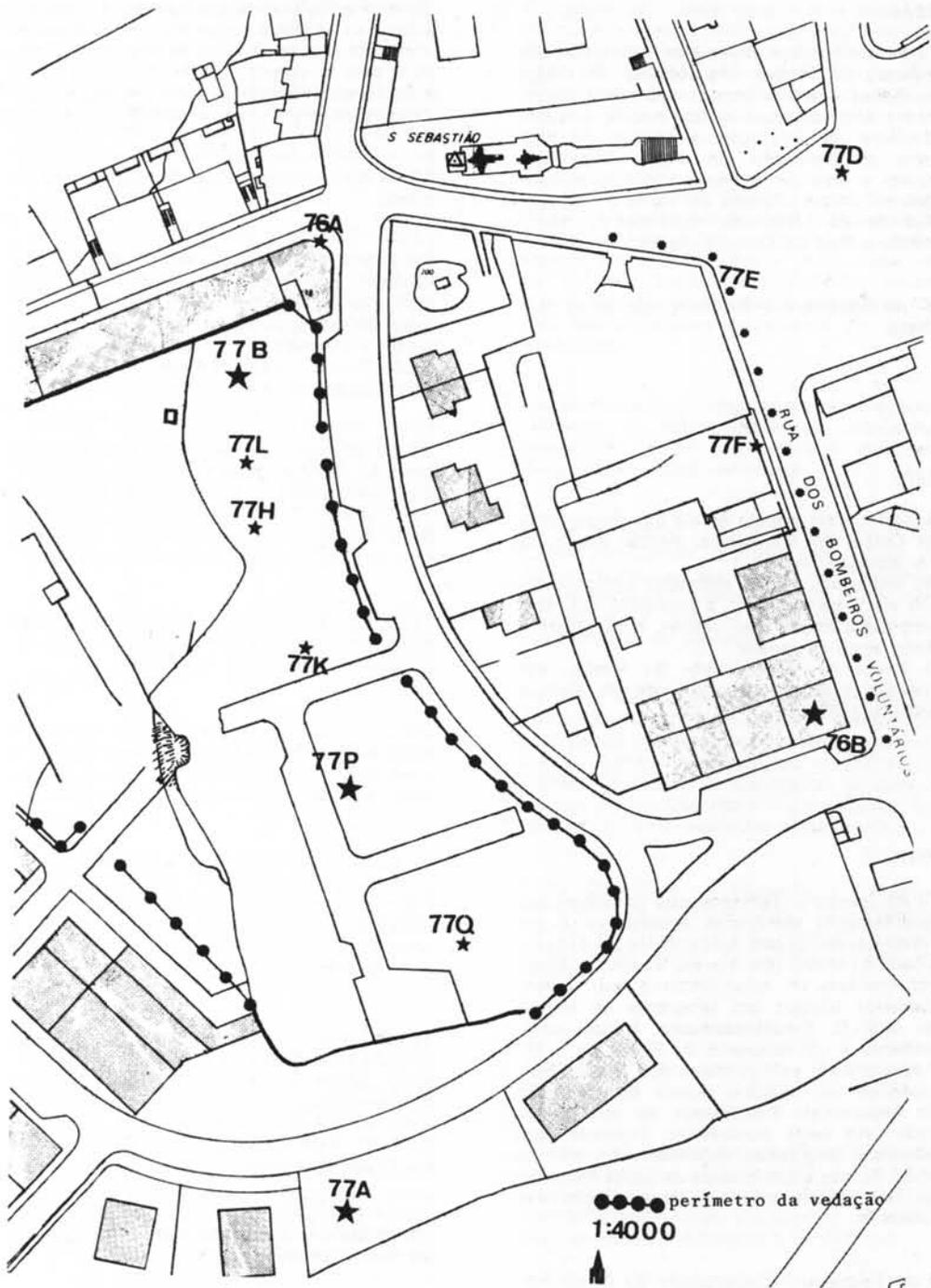
Aparentemente demasiado ambicioso à partida, o projecto do Campo Arqueológico da Universidade do Minho, finalmente dotado com as infra-estruturas materiais e humanas essenciais ao seu funcionamento, reúne desde agora as condições consideradas mínimas para o exercício de uma actividade regular e contínua que, esperamos, o transforme numa experiência piloto cuja exemplaridade, para além dos resultados imediatos que se obtêm em Braga, possa ser fecunda para a arqueologia nacional.

Equipa Coordenadora do Campo Arqueológico

*Francisco J. S. Alves
Henrique Barreto Nunes
Francisco Sande Lemos
Eduardo A. Pires Oliveira*

BREVE RESENHA FACTOLÓGICA ANOS 50 E 60

O Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha, em dezenas de artigos publicados na imprensa regional e local, alerta a opinião pública sobre os valores postos em perigo pelas novas construções abertas na base da Colina de Maximinos (Bairro dos Correios). Saliente-se que toda a área de Maximinos, segundo testemunhos paleográficos e literários que vão da Alta Idade Média ao século XVIII (referências ao anfiteatro por D. Rodrigo da Cunha, descrição da muralha por Argote), corresponde na sua totalidade à zona sudoeste da Cidade Romana. Notas de Albano Belino, nos princípios deste século, sobre zonas da muralha ainda aparentes testemunham da importância arqueológica da zona da Colina de Maximinos. Em 1910, José Teixeira volta a debruçar-se sobre os numerosos achados feitos na área de Maximinos e nos anos trinta Carlos Teixeira dá-nos uma breve síntese da arqueologia bracarense.



Zonas de intervenção do CAUM na Colina de Maximinos em Braga

1974

12 de Abril — J. J. Rigaud de Sousa, Director Adjunto do Museu Arqueológico D. Diogo de Sousa e activo impulsor das actividades arqueológicas locais, propõe à Junta Nacional de Educação a criação de uma zona de protecção em Braga, compreendendo a área de interesse histórico-arqueológico. Limites: Campo da Vinha e Rodovia, Avenida da Liberdade, Rotunda de Maximinos e Rua da Cruz de Pedra.

27 de Novembro — Homologação desta proposta.

1975

Recomeço em grande escala das construções na Colina de Maximinos, muitas das quais em situação ilegal.

No fim deste ano as entidades competentes são alertadas de novo, a propósito das destruições maciças dos valores arqueológicos desta zona da cidade.

O Reitor da Universidade do Minho, por exemplo, ordena a elaboração de um relatório sobre o problema.

1976

13 de Janeiro — Temendo que as destruições recentemente efectuadas possam vir a ser irremediáveis, quatro funcionários da Universidade do Minho (Dr. Barreto Nunes, Dr. Mendes Atanázio, Dr. Artur Norton e Arq.º Álvaro Cameira) enviam um telegrama de alarme ao M.E.I.C. Simultaneamente, dando cumprimento a um despacho do Reitor da U.M., é apresentado pelo primeiro dos citados funcionários um relatório acerca da «Situação da Arqueologia Bracarense», da qual é traçada uma larga panorâmica, ilustrada com plantas e fotografias, igualmente enviado ao M.E.I.C., que inicia através da Junta Nacional de Educação o processo de protecção das ruínas.

3 de Fevereiro — Constituição da C.O.D.E.P. (Comissão de Defesa e Estudo do Património), que inicia uma campanha de sensibilização e alarme sobre a importância de vestígios arqueológicos da Colina de Maximinos e sobre o perigo da sua iminente destruição.

23 de Fevereiro — Numa reunião da Universidade do Minho é elaborado um documento contendo dez resoluções de importância capital para o processo ulterior — numa delas é cometida à Universidade do Minho a organização de um Campo Arqueológico.

19 de Março — Homologação do documento citado.

26 de Março — Por iniciativa da C.O.D.E.P. e com a colaboração da Universidade do Minho realiza-se no Salão Medieval desta Universidade um colóquio sobre o tema «Um Futuro para o Passado de Braga», dirigido pelo Prof. Doutor Jorge Alarcão e que teve a participação de numerosa assistência.

27 de Março — Entrevista de um representante da Reitoria da U.M. com alguns membros da C.O.D.E.P. acompanhados do Prof. Jorge Alarcão, que propõe a criação de um posto de arqueólogo equiparado a assistente, para vir dirigir as escavações em Braga.

12 a 17 de Abril — O Prof. Jorge Alarcão dirige uma campanha de sondagens arqueológicas na Colina de Maximinos.

25 de Abril — O relatório desta campanha sublinha a importância dos achados e propõe, em conclusão, a contratação de um arqueólogo para vir dirigir os trabalhos de escavação.

12 de Maio — Publicação no «Diário da República» de um diploma criando um grupo executivo interministerial encarregado de elaborar um estudo de conjunto sobre a situação criada em Braga pela descoberta dos vestígios arqueológicos.

14 de Maio — Proposto pelo Prof. Jorge Alarcão para dirigir as escavações arqueológicas, chega a Braga Francisco J. S. Alves que preparava o seu doutoramento no Institut d'Art et d'Archeologie de Paris, o qual a partir de 16 de Maio representa o Prof. Alarcão no Grupo Executivo.

18 de Maio — Elaborado o primeiro relatório do Grupo Executivo.

22 de Maio — Com a colaboração de 5 estudantes do Serviço Cívico são iniciados os trabalhos arqueológicos na Colina de Maximinos, em Braga.

26 de Maio — Começo da colocação de uma vedação na área central da Colina de Maximinos.

10 a 14 de Junho — Realiza-se uma primeira minicampanha de escavações, com a participação de elementos de Braga e de finalistas de Arqueologia (História) da Faculdade de Letras de Lisboa.

15 de Junho — Relatório final da Comissão Executiva que inclui um relatório-proposta de Francisco Alves segundo o qual um grupo mínimo de quatro pessoas contratadas seria indispensável para poder desempenhar o papel que lhe fora atribuído. São já indicados os nomes propostos.

29 de Junho — Relatório de Francisco Alves ao M.E.I.C., a pedido da Universidade do Minho; um organograma em anexo indicava a estrutura possível do núcleo de arqueologia, tendo como base os elementos acima propostos a serem contratados pela Universidade do Minho.

7 de Julho — O «Diário da República» publica um diploma que consagra a criação do Grupo de Apoio Técnico às escavações arqueológicas de Maximinos, que começará a funcionar em Outubro.

30 de Julho — Publicação no «Diário da República» de um diploma limitando as áreas «non edificandi» do Campo Arqueológico (propostas pelo Grupo Executivo interministerial).

1 a 30 de Setembro — Realização de uma campanha de escavações com a participação de estudantes de Arqueologia de Lisboa, Porto e Coimbra, elementos locais e alguns convidados.

1 a 15 de Outubro — Interrupção da actividade sistemática do Campo, devido às péssimas condições atmosféricas, período aproveitado para trabalhos de desenho e levantamentos.

15 a 30 de Outubro — Salvamento de urgência no Lote 9 da Rua de S. Sebastião, onde apareceram estruturas arqueológicas 5 metros abaixo do terreno já nivelado.

Novembro — Trabalho de salvamento de urgência no Lote 47 da Rua dos Bombeiros Voluntários, onde apareceu no perfil dos caboucos uma taça de vidro esmagada «in

situ» e quase intacta, e abundante cerâmica. O alargamento desta zona veio a revelar-se do maior interesse, com a descoberta de vestígios de várias habitações, lajeados e possíveis níveis de ocupação sobrepostos. Foi decidida a aquisição deste terreno para o domínio público e reservado ao Campo Arqueológico.

19 de Novembro — Passagem do Ministro da Administração Interna, Coronel Costa Brás, no Campo Arqueológico: «Os valores arqueológicos serão defendidos e preservados. Se for preciso recorrer a demolições haverá demolições; se for necessário expropriar, haverá expropriações.» (*A Capital* de 20 de Novembro).

20 de Novembro — Passagem do Primeiro-Ministro, Dr. Mário Soares, no Campo Arqueológico: «Não se construírá mais em Braga sobre ruínas romanas.»

24 de Novembro — Relatório geral dos trabalhos efectuados, enviado pelo Grupo de Apoio Técnico às escavações de Maximinos e apresentado ao Governo em 28 de Novembro, em anexo às suas propostas para desbloqueamento da situação.

16 a 18 de Dezembro — Levantamento da Fonte de Santa Senhorinha e prospecção na cidade de Refojos de Bastos por elementos do Campo Arqueológico, a pedido da Câmara Municipal de Cabeceiras de Bastos. No dia 20 de Dezembro é apresentado um relatório com os resultados desta missão.

7 de Dezembro — Prospecção e cobertura fotográfica da fonte dos lotes A e B da Rua do Caires; localização de um marco de propriedade (?) do século XVI junto à Fonte do Menino.

1977

Janeiro — O Campo Arqueológico, até então sob a gestão da Junta Distrital, passa a ser gerido pela Universidade do Minho, pelo que, provisoriamente passa a constituir uma unidade autónoma, dependente da Reitoria.

3 de Janeiro — Começo dos trabalhos de salvamento de emergência nos lotes 49 e 50 da Colina de Maximinos (BRA-77 A), onde pela primeira vez, depois da publicação

do decreto de 30 de Julho de 1976, um embargo é desrespeitado. A actuação enérgica do governador civil leva os responsáveis desta obra a reconsiderarem a sua grave atitude e a parar a obra. Numa semana, porém, quase todas as sapatas tinham sido implantadas, desmontando as estruturas arqueológicas e entulhando à superfície numeroso espólio cerâmico, factos que levam a considerar prioritária a intervenção nesta zona.

26 a 28 de Fevereiro — Estada em Braga de 2 investigadores franceses do Centre de Recherches Geophysiques de Garchy para efectuarem prospecções pelos métodos electromagnéticos e da resistividade eléctrica, operações realizadas junto à face oeste da cerca do Convento da Regeneração e no tabuleiro superior da Colina de Maximinos.

7 de Fevereiro — Estágio em Conímbriga, durante duas semanas, de quatro elementos do Campo Arqueológico.

15 a 18 de Fevereiro — Convidado pelo Núcleo de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto, Francisco Alves, em representação do Campo Arqueológico, desloca-se em viagem de estudo à Galiza, a qual também tem por objectivo a efectivação de contactos que permitam a coordenação das actividades arqueológicas no Noroeste da Península.

1 de Março — Desaterros controlados e começo de escavações na zona central do Campo Arqueológico, no sector conhecido por «Casa da Bica» (BRA-77 B).

7 de Março — Salvamento de urgência no Largo dos Bombeiros, numa vala aberta para implantação dos postes das bandeiras (BRA-77 C).

9 de Março — Salvamento de urgência na zona do hospital, com materiais romanos remexidos e aparecimento de uma calçada recente (BRA-77 D). Começo de escavações na zona protegida pelo hangar do Campo Arqueológico (BRA-77 H).

22 de Março — Recomeço dos trabalhos intensivos no salvamento BRA-77 A (que continuaram até Junho), onde novas estruturas são localizadas, sublinhando uma vez mais a importância do local.

27 de Março a 2 de Abril — Realiza-se uma pequena campanha de escavações no Castro Maximo ou Monte Castro em Braga, com a

participação do Grupo de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto, em que, além de numeroso espólio cerâmico, é descoberta uma ponta de lança de ferro e localizada uma estrutura por ora não identificada dada a exiguidade de tempo disponível e da zona escavada. Está prevista a realização de escavações sistemáticas neste local logo que a pressão de trabalho em Maximinos diminua.

2 de Abril — Cobertura fotográfica, em S. Martinho de Dume, de uma importante colecção privada composta principalmente por materiais do Castro Máximo. Esta operação de recolha de informação para a Carta Arqueológica é completada por uma visita que Eduardo Oliveira (desde Setembro de 1976 integrado na equipa do Campo Arqueológico) faz em Maio ao Prof. Doutor Carlos Teixeira, da Faculdade de Ciências de Lisboa, o primeiro explorador daquele castro, que forneceu dados importantes.

3 a 9 de Abril — Estágio de 4 elementos do Campo Arqueológico nas escavações das grutas de Bombarral, dirigidas pelo arqueólogo francês Abade Jean Roche.

5 a 16 de Maio — Salvamento de urgência numa vala a abrir ao longo do Palácio de S. Martinho e Rua dos Bombeiros Voluntários. Aparecimento de vários muros em diferentes sectores (BRA-77 E).

16 de Maio — Recomeço dos trabalhos de levantamento em BRA-77 A.

17 de Maio — Descoberta accidental, perto do salvamento BRA-77 E (Palácio de S. Martinho), de muros que pela sua localização e aparelho poderiam fornecer indicações importantes sobre aquela zona da cidade romana. Infelizmente, por razões de segurança não foi possível alargar a zona de escavações nem preservar as estruturas descobertas, das quais se fez um circunstanciado levantamento (BRA-77 F).

18 de Maio — É recebido o relatório do Centre de Recherches Geophysiques de Garchy sobre a missão realizada em Braga em Janeiro de 1977. As suspeitas sobre o presumível traçado da muralha romana, sugeridas por referências bibliográficas a partir do século XVIII, parecem confirmar-se com os dados fornecidos pela prospecção efectuada no lado oeste do exterior da cerca do Convento da Regeneração, que indica a existência de uma estrutura de grande largura aí soterrada. É proposta sob confirmação até 6 de Junho

corrente a realização de uma missão em grande escala em Setembro próximo, que permita prospectar sistematicamente uma ampla zona da cidade romana, contribuindo portanto decisivamente para o desbloqueamento da situação existente no plano urbanístico.

25 de Maio — Colóquio sobre o Campo Arqueológico, realizado na Universidade do Minho e apresentado por três dos seus membros.

22 a 26 de Junho — Na Feira Agrícola de Braga AGRO 77 é apresentada uma exposição (fotografias, plantas, materiais) através da qual se explica o funcionamento e objectivos do Campo Arqueológico. Simultaneamente é distribuído ao numeroso público que a visita um folheto alusivo, enquanto no Boletim AGRO 77 são publicados dois textos sobre as actividades do Campo Arqueológico.

1 de Julho — Início das grandes campanhas de escavação de Verão, que se dividirão em seis fases para as quais estão inscritos cerca de 180 participantes e que incidirão nas zonas BRA-77 B, BRA-77 A e nas proximidades do Convento da Regeneração (muralha romana). A partir desta data passam a fazer parte do quadro do Campo Arqueológico F. Sande Lemos e H. Barreto Nunes, sendo a assessoria científica participada pela Doutora Manuela Delgado, da Faculdade de Letras do Porto.
Braga, Julho de 1977.

Resumé

Le 30 Juillet 1976 le gouvernement portugais publia le decret 670/76 qui a permis la création d'une vaste zone archéologique protégée dans la ville de Braga. Les dernières vestiges de Bracara Augusta ont ainsi échappé aux pelles des bulldozers, dans un moment critique de l'expansion urbaine.

A fin d'organiser les travaux systématiques de sauvetage archéologique, il a été créé un centre archéologique (Campo Arqueológico), rattaché à l'Université du Minho, qui a entrepris dès Septembre 1976 des sauvetages et des fouilles systématiques.

Les critères et les objectifs définis à court terme sont les suivants:

— Intervenir par des sauvetages d'urgence, hors de la zone protégée;

— Explorer systématiquement la zone protégée, en adaptant le rythme des fouilles à la cadence du travail de laboratoire;

— Vérifier systématiquement par des sondages ponctuels, le diagramme obtenu lors de la prospection géophysique de la zone protégée, effectuée par une équipe du Centre de Recherches Géophysiques de Garchy en Septembre 1977 — cela dans le but de définir avant l'été 78 un plan d'intégration urbaine de cette zone.

— Elaborer la carte archéologique de la zone urbaine étant donné les nombreuses trouvailles et la masse d'information archéologique actuellement dispersée.

— Réaliser à partir de 1978 l'étude du matériel et la mise au point de l'ensemble de la documentation, en vue de préparer un premier travail de synthèse sur l'état des recherches.

BIBLIOGRAFIA E RECENSÕES

Maria Garcia Pereira Maia

Nota:

A absoluta falta de tempo motivada pela época do ano já adiantada em que foi decidida a edição deste exemplar de «O Arqueólogo Português» e pela vontade unanimemente expressa por todos os colaboradores consultados de que essa edição se não fizesse tardar mais, teve como consequência um prazo muito curto para a recolha de originais.

Esse facto, que afectou todos os que quiseram dar a honra a esta Revista de nela colaborarem, atingiu igualmente os próprios coordenadores deste número que, divididos entre tarefas ligadas a essa coordenação e a sua investigação pessoal, viram o seu tempo ainda mais reduzido.

Assim se justifica que não possamos apresentar nesta secção recensões críticas a obras de importância fundamental no campo da investigação científica da cerâmica romana e vindas a lume durante o período correspondente à suspensão da Revista.

Está neste número o estudo de Jorge Alarcão sobre a cerâmica comum, local e regional de Conímbriga, editado em Portugal pela Universidade de Coimbra, em 1974, e em França, em 1975, incluído na série monumental dedicado àquela estação.

Outra obra de vulto, que mereceria ser aqui referida, é o trabalho de Françoise Mayet sobre a cerâmica de paredes finas, *Les Céramiques à Parois Fines dans la Péninsule Iberique*, edição de Centre Pierre Paris, Paris 1975, e que reveste particular importância para os estudiosos portugueses, uma vez que